



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 01 de outubro de 2024.

Plenária Nacional Estatutária

A Plenária Nacional Estatutária ocorrida dias 28 e 29 de setembro, deliberou os seguintes pontos:

1) Recurso para descredenciamento da delegação do SINDIFES e SINDITEST-PR:

A plenária após apresentação do recurso e defesa de ambos os lados, aprovou o descredenciamento das entidades de base pautada no artigo 33 e seus parágrafos do Estatuto da Federação.

2) Substituições permanentes da DN

Unir:

Léia de Souza Oliveira por Rosângela Márcia Frizero

Unidade para Lutar:

Ana Cristina Carvalho Miranda por Nilson José Zoccarato

CTB:

Antônio Bernardo Dias por Mauro Barbosa

Fasubra Classista e de Luta:

Diego Castro Squinello por Giana Carla Laikovski

3) Filiação de Entidade de Base

Foi aprovada a filiação do Sindicato dos Técnico Administrativos da Universidade Federal de Campina Grande – SINTESUF.



4) Análise de Conjuntura:

FASUBRA E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA CONJUNTURA

A Plenária Nacional da FASUBRA apresenta 8 temas importantes para a reflexão e organização do nosso movimento. Para além de um balanço sobre a nossa importante greve de 2024, e os desafios do próximo período relacionados ao Acordo de Greve assinado, a Plenária aborda reflexões sobre as eleições municipais de 2024, a democratização das Instituições Públicas de Ensino, a crise climática, a luta contra a privatização das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo, a situação de conflito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a necessária solidariedade ao povo palestino e ao mandato do Deputado Federal Glauber Braga, além da retomada do combate à Reforma Administrativa.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

O ano de 2024 ficará marcado na história da nossa Federação com o registro da vitoriosa greve que durou 113 dias. É vitoriosa no campo político e financeiro, porque teve a capacidade de mobilizar amplamente a categoria para fazer a disputa na agenda do governo federal que está comprometido com o Arcabouço Fiscal, e produzir assim importantes ganhos financeiros e políticos, como por exemplo, a *reestruturação da carreira do PCCTAE, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), a Racionalização de cargos suspensos, vagos e a vagar, implantação da “hora ficta” e a institucionalização do plantão de 12 horas x 60 horas para as/os servidoras/es dos hospitais universitários e para as/os vigilantes que trabalham em regime de plantão ou escala.*

Foi sem dúvidas, uma greve vitoriosa, mas que também foi marcada por diversas dificuldades impostas pelo governo federal e divergências internas na nossa categoria sobre o processo de condução da greve; e portanto caberá à Direção da Federação, em conjunto com as entidades filiadas, a realização de profundo balanço e reflexão que seja capaz, além de apontar as grandes vitórias desse movimento, avaliar criticamente nossas ações, a postura intransigente e descuidada do governo federal ao final da greve, para termos condições de superar nossos limites e equívocos, como aprendizado para as próximas lutas e mobilizações.

Foi uma das maiores greves da história da FASUBRA, tanto pela quantidade de



instituições/entidades, quanto do volume de trabalhadores e trabalhadoras que aderiram ao movimento paredista que somado às nossas ações e relações políticas do CNG-FASUBRA com o Parlamento e Centrais Sindicais. Assim pode ser caracterizada a greve de 2024. Conquistas importantes foram alcançadas nesta mobilização, não só em termos da reestruturação da carreira, mas também contribuindo na organização e politização para enfrentar gestões autoritárias que possibilitou o envolvimento da categoria nas eleições para novos gestores. Da mesma forma, a melhoria dos baixos índices de reajuste salarial oferecidos pelo governo ao final do ano passado. Infelizmente o discurso de que atuariam na redução das desigualdades do serviço público brasileiro não passou da retórica. Uma comparação dos acordos firmados com diversas categorias pode concluir que a desigualdade não diminuiu, ao contrário, aumentou neste ano. Só não foi pior pela grande mobilização promovida pelos sindicatos filiados à federação e pela própria FASUBRA. Não há dúvidas de que saímos da greve numa situação melhor do que entramos. Com o PCCTAE parcialmente reestruturado, porém mais fortalecido e com um reajuste salarial acima do que o governo estava disposto a conceder. Ainda assim bem aquém do necessário e merecido por nossa Categoria.

O grande desafio para a Direção da FASUBRA no próximo período se concentra na mobilização para garantir que o governo cumpra na íntegra os pontos constantes no Acordo de Greve 11/2024. Isso demandará que a DN FASUBRA concentre nesses próximos meses, além da pressão sobre o poder executivo, sua atuação dentro do Congresso Nacional, que possui uma correlação de forças desfavorável para os interesses da classe trabalhadora e para o fortalecimento do serviço público. Precisaremos, de forma coletiva, e em conjunto com as entidades filiadas, pressionar as/os parlamentares dessa atual Câmara de Deputadas/os e Senado que compõe uma maioria conservadora e privatista. **Portanto, é hora de canalizar energias para avançar na tramitação do Projeto de Lei que contempla parte das conquistas presentes no Termo de Acordo de Greve 11/2024.** Nesse sentido as mobilizações da categoria serão fundamentais para que a Federação consiga em 2025, obter sucesso na mesa de negociação com o Ministério da Educação sobre os diversos temas que constam na cláusula décima terceira do Termo de Acordo de Greve.

No dia 26 de setembro, foi um importante exemplo das dificuldades conjunturais que enfrentaremos nesse período. Nesse dia, a Direção da FASUBRA Sindical tomou



conhecimento, por representantes do Ministério da Educação (MEC) na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) que a representação do Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI) informou que a aceleração da progressão por capacitação, reposicionamento de aposentados/as, novos cargos e o reconhecimento de saberes e competências (RSC) para os/as Técnico-administrativo em Educação (TAE) não constarão no texto do Projeto de Lei que será submetido ao Congresso Nacional ainda nesse ano, no qual abordará a reestruturação de nossa carreira que conquistamos com a nossa greve.

Para fazer enfrentamento a esses ataques e sinalização de quebra de acordo é necessário rearticular o conjunto dos servidores públicos federais por meio do FONASEFE, identificar os ataques contra as demais categorias e unificar a luta pelo cumprimento integral dos acordos de greve.

Essa postura descompromissada do MGI, é desnecessária e impertinente, embora ainda não represente quebra de acordo assinado ao final da greve, serve de alerta para nossa categoria sobre a necessidade de se manter mobilizada e preparada para a qualquer momento responder o governo Lula com a deflagração de mais uma forte greve. Nos últimos três meses que restam em 2024, caberá à Direção da FASUBRA alertar o governo sobre os prazos estabelecidos pelo Acordo de Greve, bem como pressionar pela adoção de medidas institucionais que garantam a execução do que foi acordado. Para isso, dias nacionais de lutas com paralisações, mobilizações para pressionar Reitores e Reitoras, e parlamentares, será de extrema importância para garantir que o Acordo de Greve seja cumprido pelo governo.

A conjuntura política internacional e brasileira ainda se caracteriza pelo signo da perspectiva reacionária. Isso quer dizer que em uma conjuntura política reacionária, os setores que possuem uma perspectiva autoritária, antidemocrática, conservadora nos costumes e ultraliberal na economia, possuem força política significativa no âmbito da sociedade civil e do Estado. É possível perceber internacionalmente que a perspectiva reacionária se reflete no fortalecimento da extrema direita em Portugal, Itália, Alemanha, França, Polônia, Argentina e outros países, na tentativa do imperialismo estadunidense em desestabilizar politicamente e economicamente a Venezuela, ao não reconhecerem a vitória eleitoral de Nicolas Maduro (e aqui não se pauta uma avaliação sobre o governo de Maduro, mas a questão do respeito à soberania da Venezuela e a tentativa estrangeira de intervir nos rumos políticos desse



país), no recente golpe militar no Peru em 2022 que destituiu o presidente Pedro Castillo eleito pelas forças populares e uma nova tentativa em março de 2024 em destituir a Junta Nacional da Justiça que é o órgão responsável pela nomeação de juízes e fiscais, a proposta de lei de reforma do Ministério Público, a perseguição contra a imprensa investigativa e o assassinato de mais de 50 ativistas políticos. A tentativa de golpe no Brasil em 8 de janeiro de 2023 para não reconhecer o resultado eleitoral de 2022, a vitória do ultraliberal Javier Milei na Argentina em novembro de 2023, a tentativa de golpe na Bolívia em junho de 2024, o fortalecimento da extrema direita em diversos processos eleitorais em países europeus e a incapacidade de uma articulação internacional capaz de barrar o genocídio praticado por Israel contra o povo palestino; são todos indícios que demonstram que a conjuntura internacional está desfavorável para os interesses da classe trabalhadora que luta contra a ordem neoliberal imposta por setores do capital internacional.

No Brasil, já completamos 18 meses de governo Lula, e durante esse período, muitas medidas antissociais e autoritárias oriundas do governo neofascista de Jair Bolsonaro foram revogadas; e tantas outras políticas do (des) governo anterior que deveriam ser revogadas ainda não foram revogadas, impedindo a realização de importantes mudanças para o serviço público e para a sociedade brasileira.

No decorrer desse período, a extrema direita brasileira continuou articulada com forte presença dentro do Congresso Nacional, governos de estado, prefeituras e setores da sociedade civil, disputando os rumos da política do país. A estrutura neoliberal ainda continua de pé, uma vez que se tem uma política de Arcabouço Fiscal (que em que pese ser menos pior que o Teto de Gastos) que conduz a agenda econômica do país para o desfinanciamento do serviço público e o não fortalecimento dos direitos sociais, uma autonomia política do Banco Central que dificulta sobremaneira a adoção de um outro tipo de política econômica, a permanência de transferências de verbas públicas para setores do capital, e a captura de quase 50 bilhões de reais do Orçamento Geral da União, por parte do Congresso Nacional via um questionável processo de emendas parlamentares (em 2014 as emendas parlamentares consumiram R\$6,1 bilhões de reais do Orçamento Geral da União. Após 10 anos, esse valor é 8 vezes maior).

Frente a tudo isso, devemos nos posicionar criticamente pelo fato do Governo Lula adotar uma tática a frio, ao não mobilizar as classes populares que o elegeram em



2022 contra essa lógica em vigor, para fortalecer a disputa por uma outra agenda política e econômica do país. *Na luta contra a direita e a extrema direita, se não se avança substancialmente em reformas estruturais e populares, o resultado como já demonstrou a história, é de amplo retrocesso. Por isso, se o governo se limitar à luta institucional e na atuação parlamentar, e desconsiderar a necessidade de se ter uma população mobilizada, são reais as chances de derrotas no futuro.* E por parte do campo popular (Centrais, Frentes e Fóruns), também é necessária a crítica à incapacidade de mobilizar a classe trabalhadora para disputar nas ruas a agenda política e econômica do país.

A FASUBRA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Os aspectos da conjuntura reacionária já causam impactos nas eleições municipais de 2024. Nesse processo eleitoral as ideias da extrema direita ultraconservadora nos costumes e ultraliberal na economia disputarão com força os cargos para os cargos executivos e legislativos. Soma-se ao fato de que os setores populares disputam as eleições em menos de 51% das prefeituras do país, ou seja, das 5.569 cidades nas quais ocorrerão eleições em 2024, as candidaturas do campo popular de esquerda (PT, PCdoB, PSOL, PSTU, PCB, Unidade Popular, PDT, PSB, REDE) estão presentes em apenas 2710 municípios.

De fato, as eleições não se configuram como um instrumento capaz de transformar radicalmente a essência e a lógica da ordem imposta pelo Capital; mas é um espaço de disputa de hegemonia e de forças, no qual a classe trabalhadora precisa disputar. Nesse sentido, as eleições municipais de 2024 se configuram como uma arena importante que merece uma atuação organizada do movimento sindical brasileiro, em especial da FASUBRA, conforme atuação em 2022 por exemplo.

É papel da FASUBRA e de suas entidades filiadas indicarem para as trabalhadoras e trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Públicas de Ensino, a importância de eleger prefeitas/os e vereadoras/es do PT, PCdoB, PSOL, PSTU, PCB, Unidade Popular, PDT, PSB e REDE, uma vez que são esses os partidos mais sensíveis às reivindicações da classe trabalhadora, aos interesses do fortalecimento do serviço público, que defendem políticas que fortalecem a saúde pública, a educação pública e democrática. É de fundamental importância que a FASUBRA e as entidades filiadas organizem as trabalhadoras e trabalhadores para



atuarem na disputa política desse difícil processo eleitoral, cujos resultados exercerão impactos nos resultados das eleições de 2026, que tudo indica que enfrentaremos uma forte candidatura da extrema direita querendo retornar com os métodos autoritários e negacionistas para o poder executivo do governo federal.

A luta não para! As eleições municipais representam uma etapa crucial nessa jornada. Vamos nos mobilizar, nos organizar e juntos garantir nossos direitos enquanto construímos um Brasil mais justo e solidário.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO

O movimento sindical protagonizado pela FASUBRA precisa, ao avaliar a conjuntura, caracterizar quais são as nossas forças e o que é possível buscar no decorrer de 2025 e 2026 em termos de defesa e conquistas de direitos. Nessa janela histórica, em que temos um governo de frente popular cujos setores populares disputam em desvantagem contra os setores do capital a agenda política e econômica do país, cabe à Federação atuar com suas forças para avançar em pautas políticas que vão impactar substancialmente na vida cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores e do funcionamento das Instituições Públicas de Ensino.

As Universidades Públicas possuem ainda hoje, uma estrutura de gestão que combina o arcaico com o moderno, conforme aponta as reflexões de Florestan Fernandes. Apesar de toda a modernidade na gestão pública universitária, a mesma é estruturada em uma democracia restrita, arcaica, influenciada ainda pelos resquícios do regime empresarial militar no Brasil entre 1964 e 1985, que impõe uma divisão social do trabalho alienante e opressora, uma vez que apenas docentes podem ser candidatos/as ao cargo de Reitor/a, que docentes ocupam 70% dos assentos nos conselhos deliberativos, e as eleições para as Reitorias em muitas Instituições não são paritárias. Além disso, a estrutura da Universidade se mostra resistente ao ingresso de negros e negras em seus cargos públicos, uma vez que diversas instituições demoraram para aplicar de forma correta e regular a lei de cotas no serviço público; de modo que é sintomático que é possível hoje contabilizar a quantidade de negros e negras que atuam em alguma unidade acadêmica e a quantidade brancos e brancas que atuam nos serviços terceirizados de limpeza.

A Universidade Pública brasileira é reflexo da sociedade brasileira, de modo que lutar pela democratização da Universidade se configura como um impulso importante para



disputar os rumos e a ampliação da democracia. Nesse sentido, deve se configurar como pauta central da FASUBRA nesse próximo período, a atuação coordenada e organizada para fortalecer a identidade da trabalhadora e trabalhador Técnico-administrativo em Educação, alterando a legislação vigente para que as técnicas e os técnicos possam se candidatar ao cargo de Reitor/a, para que os conselhos deliberativos sejam paritários, para que as eleições para Reitor/a seja paritária, e para que se avance na integração da população negra nos espaços deliberativos das Instituições Públicas de Ensino.

Assim, é de extrema importância que a Direção da FASUBRA convoque suas entidades filiadas à organizarem uma campanha nacional pela democratização das Instituições Públicas de Ensino, e que integrem setores da sociedade civil nessa importante batalha pelo futuro das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil!

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA HUMANA NO PLANETA

A questão da crise ecológica e sua solução é dos temas mais importantes a serem tratados por todas as organizações da classe trabalhadora. O sistema capitalista, além de provocar graves e contínuas crises financeiras, ampliando o desemprego, diminuição no nível de vida, destruição de direitos civis e trabalhistas, também ameaça a sobrevivência da vida humana no planeta na forma em que a conhecemos. O que está em pauta para o futuro em curto prazo, é de fato a possibilidade de manter a vida humana nesse planeta.

O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado em abril de 2024 apresenta sinais sobre os efeitos principais das alterações climáticas na segurança e saúde na vida da classe trabalhadora, como por exemplo: calor excessivo, radiação ultravioleta, fenômenos meteorológicos extremos, poluição atmosférica, doenças transmitidas por vetores (mosquitos, por exemplo) e alterações climáticas no uso de agroquímicos.

O relatório demonstra que pelo menos 2,41 bilhões de trabalhadoras/es sofrem com insolação, exaustão, rabdomiólise, síncope, cólicas, erupções cutâneas, doenças cardiovasculares e danos renais agudos e crônicos; 1,6 bilhões de trabalhadoras/es são expostas/os anualmente à radiação ultravioleta, com consequências graves, como queimaduras solares, bolhas, lesões oculares agudas, enfraquecimento do sistema imunitário, pterígio, cataratas, câncer de pele e degeneração macular, entre



outras. Milhares de pessoas morrem anualmente de câncer de pele não melanoma relacionado apenas com diferentes formas de trabalho, e outras/os 850 mil trabalhadoras/es morrem anualmente devido à poluição atmosférica, vítimas de doenças graves como cancro de pulmão (classificação para carcinoma), cardiovasculares e respiratórias.

É necessário cobrar do Estado brasileiro mudança de postura, pois até o momento é conivente com a crise climática por isentar as empresas que destroem nossas florestas, com desmatamentos recordes e liberação de toneladas de metano (gás estufa mais potente) na atmosfera, sem qualquer tipo de benefício em troca para o país. Nesse sentido, não basta propor apenas que acabem as isenções fiscais concedidas hoje, mas que sejam super taxadas, em uma implementação concreta de soluções sistêmicas para a crise climática.

Chamamos a atenção para uma mudança de cultura em nosso movimento sindical na formulação de análise de conjuntura: É necessário que todas as análises de conjuntura produzidas tenham como epicentro a questão ecológica (além das questões de classe e raça que estruturam a desigual realidade brasileira). *Nesse sentido, é importante que a FASUBRA em conjunto com as entidades filiadas aprofunde nesse próximo período a reflexão sobre esse tema para pensarmos um programa de ações a serem construídas pelo movimento sindical para os próximos períodos.*

FORTALECER A LUTA CONTRA A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO

Mesmo na contramão da história e contra decisão do STF que já havia definido em 2015 que as universidades só podem cobrar mensalidades em cursos de pós-graduação, o deputado da extrema direita que segue a linha privatista do Governador de São Paulo, Tarcísio, tenta mais uma vez implementar mensalidades nas Universidades Estaduais de São Paulo.

O Projeto de Lei Nº 672, DE 2024, se pauta nos argumentos utilizados pelo Banco Mundial entre 2013 e 2015, que um estudante de Universidade Particular custa em média 13mil reais em comparação a um aluno de Universidades Públicas Estaduais, que teria o custo médio de 32 mil. Porém, esse argumento não leva em consideração que nas Universidades Públicas esse valor não é aplicado apenas ao ensino, mas



também a extensão e a Pesquisa, sendo que essa última representa 80% das pesquisas desenvolvidas no Brasil e que são de extrema importância para o desenvolvimento do país.

Além disso, o deputado estadual Lucas Bove se utiliza dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para lembrar que 79% dos ingressantes no ensino superior são provenientes do ensino médio privado, o que não é mais uma realidade, pois hoje temos em torno de 50% dos alunos vindo de escolas Públicas e acessando o ensino superior através das políticas de cotas, uma luta que se arrastou por anos até sua aprovação recente e que ainda não resolve o problema, pois o Estado de São Paulo não tem políticas de permanência estudantil e acumula estudantes em situações precárias de moradia.

Para um debate sério é necessário qualificar e quantificar os argumentos a favor da cobrança de mensalidades. Se utilizar da afirmação que a maioria dos estudantes que frequentam as universidades públicas são de famílias mais ricas que frequentaram escolas privadas é reconhecer que não conhece a realidade das Universidades de seu estado, principalmente aquelas que tem seus campi mais ao interior.

Se tomarmos como referência a renda familiar dos alunos ingressantes na UNESP no ano de 2020, fica evidente que a capacidade de pagamento dos alunos não foi avaliada antes de submeter tal PL. Naquele ano, 7.500 alunos ingressaram nos vários cursos de graduação existentes na universidade. Desse total, 17,9% tinham renda familiar mensal até 1,9 SM (salário mínimo) e 42,06% com renda familiar mensal de 2,0 a 4,9 SM. Ou seja, mais de 50% das famílias não pertencem a tal classe citada pelo deputado.

Outro dado importante para a análise e que baliza a capacidade de pagamento de mensalidades por parte das famílias é de fato o número de pessoas que compõem esta família, uma vez que o valor que pode ser gasto para pagar a mensalidade de uma universidade para um ou mais de seus membros está diretamente relacionado ao montante da renda familiar mensal e ao número de integrantes.

Partindo deste suposto, no ano de 2020, 40.000 alunos matricularam-se nos cursos de graduação da UNESP, deste total 59,96% tinham renda familiar mensal entre 1,9 SM a 4,9 SM como citado acima e estas famílias eram compostas por pelo menos 3 pessoas. Dá para sustentar uma pessoa estudando fora de casa?



Só essa semana tivemos várias notas e posições contrárias a esse [PL 1.202/2023](#), o Reitor da UNICAMP Antonio José de Almeida Meirelles diz que “Trata-se de uma proposta por demais inapropriada”. Para ele, o projeto desconsidera a garantia constitucional de gratuidade no ensino superior público brasileiro e “não faz jus, de forma alguma, ao papel que as universidades estaduais de São Paulo têm no desenvolvimento econômico e social de nosso estado”.

Para a FASUBRA Sindical essa proposta é absurda e é apenas o estopim para o desmonte de todo o setor da Educação. Reiteramos que a FASUBRA se posiciona contra qualquer Projeto de Lei que fira o caráter gratuito e público de qualquer Instituição Pública de Ensino, em qualquer região do país.

5) Plano de Lutas:

- Incluir no calendário de mobilização da Federação, os dias 15 e 16 de outubro como Dias Nacionais de Lutas com paralisações pelo cumprimento integral do Termo de Acordo 11/2024 assinado entre FASUBRA, Ministério de Gestão e da Inovação do Serviço Público e Ministério da Educação.
- Organizar as trabalhadoras e trabalhadores das Instituições Públicas de Ensino para derrotar a extrema direita nas eleições municipais de 2024 e indicar apoio e voto nas candidaturas do campo de esquerda e popular (PT, PCdoB, PSOL, PSTU, PCB, Unidade Popular, PDT, PSB, REDE)
- Campanha Nacional pela Democratização das Universidades Públicas Brasileiras: Paridade nos conselhos deliberativos, Paridade nas eleições para Reitorias, para que Técnico-Administrativos em Educação possam concorrer ao cargo de Reitores/as;
- Elaboração nesse próximo período de um programa de ações relacionadas ao combate a crise ecológica para a atuação do movimento sindical da FASUBRA;
- Fortalecer a luta contra o Projeto de Lei 672/2024 que visa privatizar as Universidades Estaduais do Estado de São Paulo
- Que as entidades filiadas à FASUBRA enviem moção de apoio aos estudantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- Campanha Nacional pelo rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Governo brasileiro com Israel. Pela suspensão dos convênios estabelecidos entre



Universidades Públicas Brasileiras com empresas e/ou Universidades de Israel.

- Reafirmar nossa Campanha em defesa e fortalecimento da FASUBRA e de suas entidades de base.
- Orientar as entidades de base a fortalecer participação no Encontro Nacional dos Aposentados com inclusão de agenda de luta em defesa do Reposicionamento, bem como o apensamento da PEC555 na PEC06 e a luta contra o Dec.10620;
- Realizar campanha nacional em defesa do mandato do Deputado Federal Glauber Braga. Sua cassação simboliza um perigo para a sobrevivência dos setores progressistas e democráticos que atuam hoje dentro do Congresso Nacional.
- Lutar pela prisão dos golpistas de ontem e hoje, dos fascistas do 08 de janeiro e da ditadura militar e pela implementação das recomendações da Comissão da Verdade.
- Articular a luta, em conjunto com os movimentos sociais, pela Auditoria Cidadã da Dívida
- Promover a campanha Nacional "30 horas já " exigindo instalação imediata do grupo de trabalho e que seja incluído no PL do PCCTAE;
- Cobrar a instalação da mesa sobre a situação dos Hospitais Universitários e a necessidade de revogação da EBSEH;
- Lutar pelo fim do contingenciamento orçamentário e do arcabouço fiscal. Mais verbas para as Universidades e Institutos Federais;
- Não à Reforma Administrativa "fatiada" que vem sendo implementada pelo governo Lula. Por mais concursos públicos e garantia de estabilidade nos cargos. A FASUBRA-Sindical orienta suas entidades de base a pressionarem os deputados e deputadas em seus estados contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) no Congresso Nacional;

6) Resoluções da Plenária

A Plenária Estatutária da FASUBRA, reunida nos dias 28 e 29 de setembro de 2024, delibera que:

- 1 - Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC):



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- a- A instituição do RSC deve constar no Projeto de Lei que alterará a Lei nº 11.091/2005;
 - b- Deve garantir que todos servidores e servidoras sejam contemplados independente do seu nível de escolaridade;
 - c- Reafirma o modelo de RSC já definido pela Federação, conforme retorno das entidades de base por ocasião da greve.
- 2 - Encaminhe ofício ao MGI, solicitando justificativa da retirada dos pontos da minuta do PL, quais sejam:
- a- Regras de transição para a aceleração por capacitação;
 - b- Reposicionamento dos aposentados;
 - c- RSC e,
 - d- Cargo amplo de Auxiliar de Educação
- 3 - Encaminhe ofício ao SINASEFE solicitando o posicionamento da entidade, em relação aos ataques à FASUBRA por seus dirigentes e agende uma reunião para esclarecimento.
- 4 - Encaminhe ofício à ANDIFES solicitando seu posicionamento quanto à fala da Coordenadora da FORGEPE feita em evento da ATENS de forma desrespeitosa à FASUBRA e agende uma reunião para esclarecimento.
- 5 - Combata todas as acusações direcionadas à FASUBRA ou a algum/a dirigente da federação por pessoas, por grupos, ou por representantes de outras entidades.
- 6 - Cobre do Governo, através do FONASEFE, a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente para discussão dos seguintes assuntos:
- a- data base para os SPF;
 - b- calendário de isonomia dos benefícios e;
 - c- contra a EC 32.
- 7 - Cobre do governo para que cumpra de imediato à abertura da mesa de negociação GT assuntos dos aposentados.
- 8 - Faça levantamento das Universidades e Institutos Federais que não possuem CIS



instituídas e cobre da Andifes e Conif a instalação urgente da CIS em suas Instituições.

9 - Convoque, periodicamente, reuniões do GT Carreira e Seminários em âmbito nacional com vistas a ampliar o debate para elaboração dos assuntos pertinentes ao PCCTAE.

10 - Ratifique a orientação para as entidades de base instituírem os GT Carreira.

11 - Retome a realização de Encontro Nacional da FASUBRA com as CIS.

12 - Convoque a Comissão do “Projeto Memória” para dar continuidade aos trabalhos.

13 - Oriente as Entidades de base e as CIS, a fazer um levantamento dos servidores Técnico-Administrativos em Educação, que ainda não atingiram todos os níveis de progressão por capacitação e que incentive a sua realização até dezembro 2024.

14 - Divulgue cronômetro regressivo dos prazos para cumprimento do Termo de Acordo de Greve, a ser divulgado nas redes da Federação.

15 - Judicialize o item da racionalização dos cargos ocupados do nível de classificação “C”, caso não seja cumprido o prazo definido no Termo de Acordo da Greve, em 2025.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Cobrança ao MGI



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

OFÍCIO Nº 160/2024

Brasília, 30 de setembro de 2024.

Ilmo. Sr.

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

Secretário de Relações de Trabalho do MGI

Prezado Senhor,

A Direção Nacional da FASUBRA foi comunicada por seus representantes na CNSC, em reunião convocada pelo MEC que o MGI estaria retirando da Minuta do PL dos acordos oriundos da greve dos SPF, a ser encaminhado para o Congresso Nacional.

Os pontos suprimidos pelo MGI são:

1. A regra de transição para a capacitação;
2. O Reposicionamento dos Aposentados;
3. O Reconhecimento de Saberes e Competências;
4. O Cargo Amplo de Auxiliar em Educação.

A Direção Nacional da Federação vem solicitar de V. Sa. a justificativa que motivou a retirada dos pontos acima citados, que causou um desconforto e desconfiança da categoria no que se refere ao cumprimento do acordo.

Comunicamos, também, que a DN e sua plenária nacional, realizada nos dias 28 e 29 de setembro se posicionou contrária à retirada desses pontos do PL que são fundamentais para a categoria.

Atenciosamente,

Cristina del Papa
Coordenação Geral

Ivanilda Oliveira Silva Reis
Coordenação Geral

Loiva Isabel M. Chansis
Coordenação Geral



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 308803.4731272/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: NAIARA MOREIRA DA SILVA
E-mail: Naiara.Moreira@hotmail.com
CPF: ***,154.061-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: Federação de Sind de Trab Téc-adm em Inst. de Ens. Sup. publicas do Brasil FASUBRA
E-mail: secretaria@fasubra.org.br
CNPJ: 08.485.179/0001-26

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 308803.4731272/2024
Tipo da Solicitação: 1 - Protocolizar documentos para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Informações Complementares: Não há
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 30/09/2024 às 12:22

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	OF. 160.2024 - MGI - SOLICITAÇÃO DE JUSTIFICATIVA.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.

CALENDÁRIO

OUTUBRO

13,14 e 15	Reuniões FENTAS e CNS
14 a 18	XXX Seminário Nacional da Segurança das IFE e EBTTs - UFPE
15 a 17	XI Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas
24 e 25	Plenária Nacional Virtual
28	Dia do Servidor Público

NOVEMBRO

11 a 14	Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação - UERJ
12	Eleição - CNS
20	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
25	Dia Nacional de Luta pelo fim da violência contra as mulheres
25 a 29	XI Encontro Nacional da CIS - UFRN